

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Pró-Memória SPHAN Class.: 58

Data março/abril de 1988 Pg.: 16

MAR/ABR - 88

40

Opinião

## Para um autêntico bilingüismo

\* Ruth Monserrat

Os índios do Brasil encontram-se em situações bastante diferenciadas quanto ao uso da língua indígena e do português. As situações de verdadeiro bilingüismo — quando as línguas estão em pé de igualdade, tanto do ponto de vista funcional como institucional — não existem no Brasil. O que se observa com mais frequência, afora os raros casos de total monolingüismo na língua nativa (nos grupos recém-contactados), ou em português (cerca de 30 grupos, principalmente no Nordeste, que já perderam totalmente a língua indígena), é a situação em que indivíduos isolados, raramente grupos inteiros, dominam tanto o português como a língua materna. Com a intensificação do contato em condições desastrosas para a manutenção e o fortalecimento da identidade étnica, a língua indígena tem sido um dos alvos mais vulneráveis da desagregação sócio-cultural de grupos étnicos diferenciados. Isso vem se revelando, com bastante nitidez, na história externa de várias línguas indígenas: a partir do total monolingüismo na época do contato, há uma introjeção acelerada do português durante um certo tempo, e, no decurso de poucas gerações, as crianças já têm unicamente o português como primeira língua, enquanto alguns poucos velhos tornam-se os detentores-museus da língua do seu grupo. Não houve tempo nem condições de se estabelecer e firmar um verdadeiro bilingüismo. Essa não é, felizmente, a situação mais generalizada. Talvez se possa dizer que a maioria das cerca de 170 línguas indígenas no Brasil ainda estão vivas e atuantes, quando menos porque ainda não houve tempo ou condições suficientes de contato negativo para que deixassem de existir.

Os povos indígenas têm a consciência de que as comunidades indígenas, queiram ou não, integram o sistema econômico dominante, dele dependem e não podem dele prescindir. Eles têm a consciência também de que para que a integração na sociedade majoritária possa dar-se sem que sejam sacrificados como grupos étnicos diferenciados, para que eles possam lutar por seus direitos específicos dentro do todo, é-lhes imprescindível, em primeiro lugar, apossar-se efetivamente da língua comum dominante, o português. Nesse contexto, poucas são as referências espontâneas dos índios à necessidade da língua indígena na escola, seja em forma oral, seja em forma escrita. Na verdade, não há lugar para ela numa escola vista como instrumento para o aprendizado do português (= civilização).

Existem alguns pontos de consenso geral sobre a questão das línguas indígenas em relação à escola:

a) o português é necessário em qualquer escola indígena;

b) a língua indígena não é indispensável para o contato; e, na escola, tanto a língua indígena escrita como a oral constituem instrumento auxiliar para o aprendizado do português somente nos casos de “barreira lingüística”;

c) é mais fácil, lingüística e psicologicamente, aprender a ler e a escrever na língua materna, seja ela qual for;

d) é muito difícil, senão impossível, aprender a ler e a escrever na escola em uma língua que não se domine oralmente.

Há outras opiniões que, embora não tenham consenso geral, são consideradas importantes por quem as emite:

a) introduzir a escrita numa cultura ágrafa constitui uma violência a mais do colonizador; já o ensino oral e escrito do português se justifica plenamente, na medida em que pode servir como instrumento de luta e defesa para os povos indígenas;

b) a partir do domínio escrito do português, qualquer grupo indígena pode criar mais ou menos facilmente um sistema de escrita para sua língua, se assim o desejar;

c) se a alfabetização é entendida como ler e escrever tudo o que se pode falar e compreender tudo que está escrito, esse tudo situa, necessariamente, a língua materna como suporte veicular do processo de alfabetização. Situação embaraçosa: todos sentem de maneira instintiva e difusa que a língua de um grupo humano é, de certa forma, o centro de sua cultura. Mas têm dificuldade em encontrar para a língua indígena escrita um lugar que não seja periférico: servir de ponte para o aprendizado do português e/ou registrar, dentro da nova situação histórica, as estórias e os modos de ser e de fazer tradicionais. Por melhores que sejam as intenções e os esforços dos envolvidos com processos educacionais formalizados para sociedades indígenas, as funções da língua indígena, escrita e mesmo oral, não conseguem ultrapassar a barreira do registro do “velho”. O “novo”, o presente, só encontra canais de expressão lingüística através do português.

Pode-se fazer algo para reverter essa situação, que condena a língua indígena ao paulatino empobrecimento, senão ao abandono final por parte de seus usuários, processo que vem acontecendo com inquietante frequência nos anos mais recentes? Parece-nos que o único caminho para isso é aquele que possa conduzir a um autêntico bilingüismo. Para tanto, faz-se mister, entre todas as demais condições sociais e política necessárias, que as línguas indígenas se atualizem, se modernizem, incorporando organicamente — através do léxico em primeiro lugar — toda a vivência do momento histórico atual dos povos indígenas. É preciso não apenas que a língua indígena deixe de ser ágrafa, que passe a ter escrita própria, mas principalmente que ela se atualize, se “normatize” e seja usada efetivamente. Utopia? Provavelmente o será, em muitos casos. Mas não sabemos de antemão quais. E a tarefa, para quem visualiza assim a questão, é participar na criação das condições para que o processo possa iniciar-se, e os povos indígenas possam atingir efetivamente o bilingüismo.